

## SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARANÁ - SESI PR

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis  
Em 31 dezembro de 2022

### 1. Contexto Operacional

O Serviço Social da Indústria (SESI), é uma entidade do direito privado, sem fins lucrativos, criada pela Confederação Nacional da Indústria, em 1º de julho de 1946, consoante ao Decreto-lei n.º 9.403, de 25 de junho do mesmo ano, tem por objetivo estudar, planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito da solidariedade entre as classes.

A Ação do SESI abrange: o trabalhador da indústria, das comunicações e da pesca e seus dependentes, os diversos meios-ambientes que condicionam a vida do trabalhador e de sua família.

*Fonte: Regulamento do Serviço Social da Indústria SESI, atualizado pelo decreto n.º 6.637 de 5 de novembro de 2008 – Brasília 2009.*

A entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei n.º 2.613 de 23/09/1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

A Contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto n.º 4.524 de 17/12/2002 artigo 9º, inciso VI. Conforme incisos I e II, artigo 46 deste Decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre o faturamento e são isentas da COFINS.

O Balanço Patrimonial, Financeiro, Orçamentário, as Demonstrações das Variações Patrimoniais, Fluxo de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, assim como a execução da Receita e Despesa será transcrito no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, vinculado ao livro Diário nº 73.

Não há Demonstração de Resultado Abrangente – DRA auditado a ser publicado no exercício.

### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBCT TSP 11), segundo as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria, em consonância com a Lei nº 4320/64, de 17 de março de 1964 e da Lei 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007.

## 2.2 Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

### a) Regime de Registros Contábeis e Moeda de Apresentação

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, e as demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

### b) Disponibilidades, títulos e valores mobiliários

As disponibilidades, títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

### c) Depósitos para recursos judiciais

Existem situações em que a entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

### d) Adiantamentos

Referem-se à adiantamentos de salários, férias, viagens e adiantamento à terceiros.

### e) Estoques

Os estoques são formados por materiais e insumos destinados às atividades operacionais da entidade, e estão avaliados pelo método PEPS, sendo reconhecidos ao resultado mediante o consumo.

A entidade opera com uma Central de Abastecimento (CA), que tem por objetivo buscar o ganho operacional em suas operações e nas negociações com fornecedores de materiais didáticos e de expediente, desta forma atendendo as demandas de suas unidades no Estado do Paraná, mantendo o estoque mínimo e rotativo.

### f) Valores a apropriar

Referem-se à compra antecipada de vale refeição, alimentação e vale transporte para crédito tempestivos aos colaboradores, e posterior apropriação das despesas e dos créditos correspondentes.



### **g) Despesas antecipadas**

Correspondem aos valores pagos pela contratação de seguros, licenças de softwares e garantias de equipamentos que são apropriadas nas contas de resultado mensalmente, observando o período de vigência do contrato em consonância com o regime de competência.

### **h) Gestão do patrimônio e depreciação**

A Entidade, no que tange a aplicação dos procedimentos para o registro contábil da reavaliação, depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, adota os princípios previstos nas NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, com base nas regras definidas na macro função SIAF nº 02.03.30 para o Setor Público, bem como atende as normas internas, atos resolutórios e regulamentos definidos pelo CPC-SI Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Sistema da Indústria. Os procedimentos relativos ao Ativo Patrimonial encontram-se integrados com o Sistema Contábil através de ERP e sua conciliação é realizada mensalmente.

A depreciação e amortização dos bens é realizada mensalmente e os valores correspondentes reconhecidos nas variações patrimoniais durante a vida útil econômica dos bens. Desde o ano de 2009 há uma constante prática de baixas de bens, evitando situações de obsolescência. Este procedimento contribui para que o ativo imobilizado reflita a situação real do patrimônio, sendo o saldo contábil e patrimonial ajustados periodicamente.

Os bens imóveis são registrados de acordo com o contrato de compra e venda e/ou documento de registro de imóveis; as construções, ampliações, reformas e melhorias são reconhecidas de acordo com o custo e a depreciação iniciada após a conclusão e informação da área de engenharia de obra finalizada e entregue. As benfeitorias em imóveis de terceiros são contabilizadas em conta contábil específica e sua amortização é realizada de acordo com o período de vigência do contrato de locação ou comodato. Os bens recebidos em doação obtidos a título gratuito, são registrados pelo valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico, ou valor patrimonial definido nos termos da doação; lei de doação específica; registro de imóveis ou documento devidamente assinado entre as partes pelos representantes legais. O ativo intangível é formado exclusivamente pelos softwares adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição ou produção, deduzidos da respectiva amortização acumulada, calculada de forma linear, com prazo de vida útil de 5 (cinco) anos, considerando a obsolescência tecnológica desses ativos.

O ato resolutório 17/2010 de 27 de julho do Conselho Nacional do SESI estabelece que os bens móveis e imóveis devem ser depreciados da seguinte maneira: (i) Imóveis - Edificações 2% ao ano, (ii) Mobiliários, Máquinas e Equipamentos 10% ao ano e (iii) Veículos e Equipamentos de Informática 20% ao ano.

### **i) Inventário de bens móveis**

Durante o exercício de 2022, considerando a reestruturação operacional ocorrida no Sistema FIEP, foram inventariados na entidade SESI 52.061 itens de um total de 73.459, representando um universo inventariado equivalente a 71%. No ano de 2023 o inventário será concluído.



## **j) Avaliação da Recuperabilidade de Ativos Financeiros – Impairment**

A norma NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos tem por objetivo estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, e a Norma requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização. A Norma também especifica quando a entidade deve reverter um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas.

A perda de impairment acontece quando o valor contábil é superior ao valor recuperável de um ativo de longa duração, ou grupo de ativos. Caso a empresa possua sinais internos e externos de que seus ativos estão registrados na contabilidade com valor acima do praticado no mercado, ou se a expectativa do benefício futuro a ser gerado pelo bem está abaixo do previsto, ela deve realizar testes para demonstrar esta diferença. Desde o ano de 2016, o SESI vem realizando o teste de Impairment em seus ativos, alternando a cada ano o grupo em que o teste é realizado.

No último período não houve mudanças significativas que possam alterar os valores dos ativos, desta forma, para efeitos de verificação optou-se neste momento por realizar o teste de Impairment em 3 (três) grupos, sendo eles: Imóveis Próprios, Equipamentos Médicos e Laboratoriais e Pinacoteca (Obras de Artes).

Este teste busca verificar se houve redução do valor de mercado acima do esperado para o uso da entidade e se as mudanças ocorridas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, para qual a entidade está inserida afetaram o valor destes ativos.

### **Avaliação do grupo de imóveis:**

Como parâmetro para definição de valor de mercado, foi considerado para os itens do grupo imóveis o valor constante na avaliação realizada pela engenharia que estimou para cada unidade o valor de reconstrução dos prédios utilizando somente parâmetro de valor de mercado. Como o valor de mercado em sua média se mostrou maior que o valor contábil, torna-se desnecessário realizar um levantamento para valor em uso.

### **Avaliação do grupo Equipamentos Médicos e Laboratoriais:**

Como parâmetro, para definição de valor de mercado, foi considerado para os itens do grupo Equipamentos Médicos e Laboratoriais a média de cotação de três valores em sites de vendas para produtos iguais ou, na sua impossibilidade, de itens similares de outras marcas.

Os bens adquiridos em 2022 foram retirados da amostragem, por se tratar de aquisição no ano corrente da avaliação.

### **Avaliação do grupo Pinacoteca (Obras de Arte):**

Para a realização das amostragens abrangendo as Obras de Arte e Esculturas, foi contratado a avaliação de um Perito especializado em Avaliação de Obras de Arte, tendo por base os preços praticados por galerias de arte no mercado paranaense e nacional, o catálogo das artes (site específico para galerias de arte) e leilões de arte nacionais e internacionais.

Os valores atribuídos às obras levaram em conta o tema, período de execução, currículo do artista e sua importância no cenário nacional das artes.



Considerando as análises efetuadas, dentro das premissas integrantes ao Impairment, não apuramos situações que demonstrem a necessidade de registros contábeis para adequação de seus valores representados nos demonstrativos contábeis.

#### **k) Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

#### **l) Convênios e Acordos**

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com Entidades de direito público ou privado.

#### **m) Sistema Indústria Conta Movimento**

Referem-se as operações e conta corrente mantidas entre os Departamentos Regionais, Departamento Nacional, e demais entidades do Sistema FIEP.

#### **n) Passivos circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

### **3. Ativo Circulante**

#### **3.1 Caixa e Equivalente de Caixa**

As movimentações de recursos financeiros ocorreram conforme demonstrativos abaixo:

Caixa e Bancos	2.177.128,49
Aplicações Financeira	166.470.403,73
<b>Saldo Final em 31/12/2021</b>	<b>168.647.532,22</b>
Caixa e Bancos	1.656.878,95
Aplicações Financeira	251.197.642,63
<b>Saldo Final do Exercício em 31/12/2022</b>	<b>252.854.521,58</b>

O Índice de Liquidez Corrente (AC/PC) que representa a disponibilidade financeira no exercício para liquidação das obrigações em curto prazo alcançou 2,15 no final de 2022. Portanto para cada real de passivo circulante haverá R\$ 2,15 de disponibilidade.

O saldo das aplicações financeiras, no valor de R\$ 251.197.642,63, abrange recursos próprios, bem como recursos de convênios e acordos firmados pela entidade.

### 3.2 Créditos a Receber

É composto por valores a receber oriundos de Arrecadação Compulsória Indireta, saldo de Clientes, operações junto a Departamentos Regionais e Nacional do Sistema Indústria, Adiantamento a Empregados e Outros Créditos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b><u>Clientes a Receber</u></b>		
Clientes a Receber a Curto Prazo	84.119.051,19	75.664.195,54
(-) Provisão para Crédito e Liquidação Duvidosa	(3.877.262,95)	(4.621.476,29)
	<b>80.241.788,24</b>	<b>71.042.719,25</b>
<b><u>Demais Créditos a Receber</u></b>		
Adiantamento a Empregados	2.831.103,42	2.607.514,96
Receita Compulsória Arrecadação Indireta	16.529.536,45	16.621.014,33
Sistema Indústria Conta Movimento	3.120.912,80	3.698.462,78
Outras Créditos a Receber	5.924.241,40	2.490.949,54
	<b>28.405.794,07</b>	<b>25.417.941,61</b>
<b>Total Geral de Créditos a Receber</b>	<b>108.647.582,31</b>	<b>96.460.660,86</b>

Para o exercício de 2022, observado ao disposto no CPC/SI – Receitas de Clientes e CPC/SI – Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes, bem como o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetivou-se a baixa dos títulos vencidos a mais de 540 dias, totalizando o montante de R\$ 3.858.918,70.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é composta pelos títulos vencidos entre 181 a 539 dias considerando a data base 31/12/2022, no montante de R\$ 3.877.262,95, dessa forma, o saldo líquido contábil de clientes a receber a curto prazo, no final do exercício de 2022, foi de R\$ 80.241.788,24.

A rubrica contábil Adiantamento a Empregados encerrou o ano 2022 com saldo de R\$ 2.831.103,42 e 2021 com o saldo de R\$ 2.607.514,96. Os valores em questão representam adiantamentos de férias e salários.

A rubrica contábil Sistema Indústria Conta Movimento representa os valores a receber oriundos de entidades vinculadas ao Sistema Indústria PR relativo aos rateios de despesas correspondentes as operações compartilhadas.

### 3.3 Despesas Antecipadas

Representam valores a serem apropriados ao resultado durante a vigência contratual dos serviços, sendo composta por:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Licenças de Software	668.968,63	286.186,64
Seguros a apropriar	37.404,47	33.608,75
Garantia de Equipamentos	410.681,66	547.198,18
<b>Total</b>	<b>1.117.054,76</b>	<b>866.993,57</b>



A cobertura de seguros de bens móveis e imóveis está contemplada em apólice conjunta entre SESI PR e SENAI PR, na modalidade de LMI – Limite Máximo de Indenização, sendo este limite no montante de 70 milhões, podendo ser utilizado para qualquer um de seus imóveis.

Com base no histórico de utilização de seguros, e valores individuais de cada unidade, foi apurado que o valor atual do LMI - Limite Máximo de Indenização, atende as necessidades e riscos dos bens móveis e imóveis, desta forma são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de valores e bens de propriedade do SESI/PR.

#### 4. Ativo Não Circulante

##### 4.1 Realizável a Longo Prazo

###### Depósitos para Recursos Judiciais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos Judiciais Trabalhistas	2.360.101,02	2.195.394,49
Depósitos Judiciais Tributários	4.413.006,24	4.413.006,24
Depósitos Judiciais INSS Patronal sobre Folha <sup>1</sup>	55.206.638,54	35.483.937,85
Depósitos Judiciais PIS sobre Folha <sup>1</sup>	2.701.721,64	1.719.994,10
Depósitos Judiciais RAT/SAT sobre Folha <sup>1</sup>	1.416.167,05	915.695,64
<b>Total</b>	<b>66.097.634,49</b>	<b>44.728.028,32</b>

Os depósitos judiciais trabalhistas são realizados de acordo com o andamento dos processos, considerando o acompanhamento e a solicitação da Gerência Executiva Jurídica, Riscos e Compliance do Sistema Fiep. As baixas dos valores ocorrem mediante o encerramento da ação.

Os valores dos Depósitos Judiciais Tributários, referem-se basicamente à processos previdenciários em fase de discussão judicial, porém por decisão estratégica vem-se efetivando os recolhimentos à título de depósitos judiciais, estando em equilíbrio com a provisão em Contingências Judiciais.

<sup>1</sup> Por decisão da Administração a partir de janeiro de 2020 a Entidade ingressou com ação judicial visando defender o seu direito de não recolher as contribuições para a seguridade social, em especial as Contribuições Previdenciárias Patronais previstas no artigo 22, incisos I, II e III da Lei nº 8.212/91, e da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS. Nesse sentido os valores devidos mensalmente passaram a ser depositados em juízo em contrapartida as obrigações mensais constituídas. O Juízo da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu liminar para suspender a exigibilidade do recolhimento aos tributos, porém por decisão da administração a Entidade vem efetivando os recolhimentos à título de depósitos judiciais.

##### 4.2 Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação e amortização. A taxa da amortização na rubrica Benfeitorias em Imóveis de Terceiros é variável e está baseado na vigência dos contratos de locação ou comodatos firmados pela entidade.

A composição do imobilizado está demonstrada conforme quadro abaixo:

Imobilizado	Taxa Anual	Custo	Depreciação e Amortização Acumulada	31/12/2022	31/12/2021
				Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Imóveis</b>					
Edificações	2%	246.905.850,04	(64.930.892,50)	181.974.957,54	180.860.477,59
Terrenos	0%	48.130.838,98	-	48.130.838,98	48.130.838,98
Construções em Andamento	0%	17.820.707,46	-	17.820.707,46	6.303.645,23
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		4.997.570,69	(2.276.136,48)	2.721.434,21	860.633,46
<b>Móveis</b>					
Mobiliário	10%	17.727.203,42	(11.727.686,85)	5.999.516,57	4.970.991,37
Discoteca, Fonoteca, Filmoteca, Pinacoteca	0%	254.300,00	-	254.300,00	254.300,00
Instrumentos Musicais	10%	41.034,28	(20.875,08)	20.159,20	9.143,32
Veículos	20%	22.767.923,28	(19.153.575,11)	3.614.348,17	7.303.548,61
Máquinas e Equipamentos	10%	16.120.744,56	(6.574.083,12)	9.546.661,44	6.284.234,06
Equipamentos Médicos, Cirúrgicos, Odont. e Lab.	10%	15.001.586,01	(6.400.001,21)	8.601.584,80	1.393.495,31
Equipamentos de Informática	20%	33.301.758,90	(18.694.799,36)	14.606.959,54	6.926.497,29
Equipamentos Esportivos, Artístico e de Recreação	10%	518.851,20	(394.640,69)	124.210,51	147.559,60
Equipamentos de Comunicação	10%	2.092.967,88	(1.408.047,67)	684.920,21	911.595,88
Outros Bens Móveis	10%	118.919,98	(71.099,70)	47.820,28	58.706,11
<b>Total</b>		<b>425.800.256,68</b>	<b>(131.651.837,77)</b>	<b>294.148.418,91</b>	<b>264.415.666,81</b>

### 4.3 Intangível

O Intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da amortização. A taxa da amortização é variável e está baseado no tempo de vigência da contratação dos softwares, e da expectativa de retorno econômico sobre os direitos autorais.

Os bens intangíveis se referem a Direitos Autorais com Produção de Vídeos, implantação de Software 2PS -Sistema de Planejamento de Produção, Software de Controle Integral de Gestão – CIG, Microsoft AX CRM, BPM, SGE, ERP Dynamics, Sistema de Backup de Dados, Sistema de Folha de Pagamento, Software Odontológico, Aprovações Integradas, Deep Freeze, Broker, Desenvolvimento de Base de Dados Power BI, Software CMS Marketplace.

A composição do Intangível está constituída conforme quadro abaixo:

Intangível	Taxa Anual	Custo	Amortização Acumulada	31/12/2022	31/12/2021
				Valor Líquido	Valor Líquido
Produção de Cursos EAD	%	2.208.845,70	(2.198.615,90)	10.229,80	15.349,72
Softwares	variável	33.282.595,52	(25.680.587,29)	7.602.008,23	10.403.184,23
<b>Total</b>		<b>35.491.441,22</b>	<b>(27.879.203,19)</b>	<b>7.612.238,03</b>	<b>10.418.533,95</b>

## 5. Passivo e Patrimônio Líquido

### 5.1 Passivo Circulante

#### a) Fornecedores

A rubrica corresponde a obrigações da entidade decorrentes de serviços contratados e materiais adquiridos até a data 31/12/2022.



## b) Férias, 13º Salário e Encargos

As provisões de férias são calculadas considerando o número de avos de férias devidos aos colaboradores, acrescido de 1/3 e encargos calculados sobre a remuneração, totalizando o saldo em 31/12/2022 de R\$ 13.293.538,42.

## c) Convênios Arrecadação Direta

Refere-se ao repasse de 25% ao Serviço Social da Indústria – Departamento Nacional, oriundo dos recursos recebidos pelas Contribuições Compulsórias Diretas.

## d) Convênios e Acordos

Refere-se ao recebimento de recursos para a execução de projetos, convênios e acordos. Os valores permanecem em aplicações financeiras conforme estabelecido no convênio, e o resgate ocorre de acordo com os dispêndios para a execução das ações correspondentes.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Projetos com Departamento Nacional	1.477.905,70	932.406,16
Convênio Ministério da Cultura	511.440,08	363.572,35
Convênio Ministério do Esporte	0,00	401.351,62
Convênio Petrobras	0,00	120.412,17
<b>Total</b>	<b>1.989.345,78</b>	<b>1.817.742,30</b>

## e) Contas Correntes Passivas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cartão de Crédito a Pagar - Viagens	83.286,74	35.156,77
Reembolso a Pagar	1.172,00	0,00
Adiantamento de Clientes	477.034,68	477.034,68
Outros Valores a Apropriar	149.381,10	34.319,45
Alienações a Apropriar	2.287.469,88	1.947.000,00
Adiantamento Alienação de Bens	1.416.000,00	413.000,00
Valores a Identificar	14.183,82	90.477,30
<b>Total</b>	<b>4.428.528,22</b>	<b>2.996.988,20</b>

A rubrica Adiantamento de Clientes refere-se ao recebimento de parcelas oriundas da venda por leilão de imóvel da entidade localizado no Município de Jacarezinho, ocorridas durante os exercícios de 2017 à 2021. Para o exercício de 2023, após renegociação entre as partes ocorridas durante o ano de 2022, ensejará a retomada dos recebimentos das parcelas.

A rubrica Alienações a Apropriar tem como objetivo registrar, de forma transitória, o valor a ser recebido dos vencedores do certame de leilão. Quando do recebimento financeiro das parcelas pactuadas no processo, ocorre a transferência dos valores desta rubrica para a rubrica Adiantamento Alienação de Bens. Quando da quitação e a efetiva transferência do bem ao vencedor do certame, ocorrerá a baixa dos adiantamentos recebidos em contrapartida as operações de baixa do imobilizado pela venda.

Abrange as operações vinculadas aos leilões de imóveis localizados nos Municípios de Campo Largo, Dois Vizinhos e Jacarezinho.

## f) Restos a Pagar

O conceito de restos a pagar adotado pela Entidade baseia-se na Lei 4.320/64, que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. E de acordo com o Decreto 7.654/2011 os restos a pagar inscritos na condição de não-processados e não liquidados posteriormente, terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.

Representam as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício corrente distinguindo-se as processadas das não processadas. O Saldo de restos a pagar da Entidade refere-se à restos a pagar não-processados. Nesse caso, o credor ainda não realizou o serviço ou entregou o material.

Para o exercício de 2022, os valores de restos a pagar foram contabilizados em contrapartida de Despesas de Capital no montante de R\$ 37.303.038,73.

## g) Outras Obrigações

A composição das outras obrigações a curto prazo está constituída conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Outras provisões	158.055,70	120.265,02
Receitas a apropriar no exercício	72.663.806,26	64.813.149,77
<b>Total</b>	<b>72.821.861,96</b>	<b>64.933.414,79</b>

O valor demonstrado na rubrica Outras Provisões refere-se a valores a serem repassados à terceiros, tais como ABESSFI-Associação dos Funcionários, contribuições sindicais, pensão alimentícia, seguros e bolsa estágio.

Na rubrica Receitas a Apropriar no Exercício consta o registro da obrigação oriunda de serviços a prestar pactuados em contratos educacionais e técnicos. A contrapartida da respectiva conta é a rubrica clientes a receber quando da assinatura do contrato de prestação de serviços. A movimentação dos valores na rubrica receitas a apropriar se dá pela execução do serviço e seu respectivo faturamento.

## 5.2 Passivo Não Circulante

### a) Outras Obrigações a Longo Prazo

É composto por provisões referente a Contingências Trabalhistas e Tributárias, conforme quadro abaixo:



	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contingência Judicial RAT e Terceiros Folha <sup>1</sup>	3.663.025,21	3.663.025,21
Contingências Trabalhistas	4.777.076,52	4.702.076,52
Contingências Judiciais Tributárias	1.653.489,96	1.467.388,38
Provisão Judicial INSS Patronal sobre Folha <sup>2</sup>	57.136.409,73	37.066.555,40
Provisão Judicial PIS sobre Folha <sup>2</sup>	2.874.772,91	1.868.802,03
Provisão Judicial SAT/RAT sobre Folha <sup>2</sup>	1.465.546,68	957.127,31
<b>Total</b>	<b>71.570.321,01</b>	<b>49.724.974,85</b>

<sup>1</sup> A Contingência Judicial RAT e Terceiros Folha corresponde as competências de março de 2010 até janeiro de 2014, em que a Entidade discute judicialmente as alíquotas atribuídas ao RAT e as incidências de Salário Educação e INCRA sobre a folha de pagamento e para os quais possui depósito judicial integral.

O valor provisionado referente as Contingências Judiciais Tributárias referem-se processos em andamento junto à Receita Federal do Brasil, os quais se encontram em análise na esfera administrativa. Por conservadorismo a entidade adotou como procedimento o reconhecimento da contingência, bem como realiza mensalmente a atualização da contingência no percentual de 1%.

O valor provisionado para as Contingências Trabalhistas contempla as ações julgadas pela procuradoria jurídica como perda provável, considerando a particularidade e o status das ações. O valor das ações classificadas com condição de perda provável é de R\$ 4.777.076,52; possível R\$ 606.000,00 e remota R\$ 125.000,00, sendo que, para estas duas últimas, aplica-se apenas a sua divulgação.

O reconhecimento contábil das ações com o status de perda provável está em consonância com o Pronunciamento Contábil CPC 25 e CPC/SI Pronunciamento do Sistema Indústria Contingências Judiciais.

<sup>2</sup>Por decisão da Administração a partir de janeiro de 2020 a Entidade ingressou com ação judicial visando defender o seu direito de não recolher as contribuições para a seguridade social, em especial as Contribuições Previdenciárias Patronais previstas no artigo 22, incisos I, II e III da Lei nº 8.212/91, e da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS. Nesse sentido os valores devidos mensalmente passaram a ser depositados em juízo em contrapartida as obrigações mensais constituídas. O Juízo da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu liminar para suspender a exigibilidade do recolhimento aos tributos, porém por decisão da administração a Entidade vem efetivando os recolhimentos à título de depósitos judiciais.

### 5.3 Patrimônio Líquido

O Superávit Patrimonial do Exercício no valor de R\$ 76.941.520,31 foi obtido conforme demonstrativo abaixo:

PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		
<b>Patrimônio Social Acumulado do Exercício de 2021 (A)</b>		<b>415.441.888,65</b>
<b>ACRÉSCIMO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2021</b>		
<b>Receitas</b>		
Receitas Correntes		448.669.719,83
Receitas de Capital		0,00
<b>Variações Patrimoniais e Financeiras</b>		
Resultantes da Execução Orçamentária		46.683.050,39
Independentes da Execução Orçamentária		8.058.954,13
Variações Financeiras		1.141.710,26
<b>Total (B)</b>		<b>504.553.434,61</b>
<b>DIMINUIÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2022</b>		
<b>Despesas</b>		
Despesas Correntes		325.959.021,00
Despesas de Capital		72.614.715,91
<b>Variações Patrimoniais e Financeiras</b>		
Independentes da Execução Orçamentária		27.815.548,34
Variações Financeiras		1.222.629,05
<b>Total (C)</b>		<b>427.611.914,30</b>
Superavit Patrimonial do Exercício de 2022 (D)	<b>D=(B)-(C)</b>	76.941.520,31
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL FINAL EXERCÍCIO 2022</b>	<b>= (A)+(D)</b>	<b>492.383.408,96</b>

O Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2022, está assim distribuído:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo Financeiro Livre	195.071.700,68	144.840.876,18
Realizável a Longo Prazo	67.121.372,35	45.491.786,56
Imobilizado	294.148.418,91	264.415.666,81
Intangível	7.612.238,03	10.418.533,95
Exigível a Longo Prazo	(71.570.321,01)	(49.724.974,85)
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>492.383.408,96</b>	<b>415.441.888,65</b>

O Saldo Financeiro Livre no valor de R\$ 195.071.700,68 foi obtido conforme demonstrativo abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(a) Ativo Circulante	364.181.107,53	267.248.067,74
(b) Passivo Circulante	169.109.406,85	122.407.191,56
<b>SALDO FINANCEIRO LIVRE = (a)-(b)</b>	<b>195.071.700,68</b>	<b>144.840.876,18</b>

## 6. Orçamento Executado

O orçamento inicial do exercício de 2022, no valor de R\$ 396.515.000,00 (trezentos e noventa e seis milhões e quinhentos e quinze mil reais), foi aprovado pela Resolução nº. 027/2021 em 30 de setembro de 2021 em reunião ordinária do Conselho Regional do SESI do Paraná.

Através da Resolução nº. 006/2022 de 26 de maio de 2022, em reunião ordinária do Conselho Regional do SESI do Paraná, foi aprovada a retificação orçamentária para o valor de R\$ 467.180.800,00 (quatrocentos e sessenta e sete milhões e cento e oitenta mil e oitocentos reais), registrando um acréscimo de 17,82% sobre o orçamento inicial.



O resultado orçamentário obtido está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Orçada	467.180.800,00	359.936.000,00
Receita Arrecadada	448.669.719,83	386.088.409,04
<b>Receita Arrecadada Maior/Menor</b>	<b>18.511.080,17</b>	<b>(26.152.409,04)</b>
Despesa Autorizada	467.180.800,00	359.936.000,00
Despesa Realizada	398.573.736,91	301.243.485,87
<b>Despesa Realizada Menor</b>	<b>68.607.063,09</b>	<b>58.692.514,13</b>
<b>SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>50.095.982,92</b>	<b>84.844.923,17</b>

A execução orçamentária apresentou a seguinte composição:

### Receitas

As receitas correntes no montante de R\$ 448.669.719,83 representaram 100% das receitas totais.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Variação %</u>
Receita de Contribuições	279.787.264,53	247.005.140,54	13%
Receitas Patrimoniais	25.903.576,18	5.438.251,03	376%
Receitas de Serviços	125.768.239,31	111.767.309,90	13%
Outras Receitas Correntes	3.485.197,96	2.408.408,94	45%
Convênios	203.921,34	1.636.690,11	-88%
Apoios Financeiros	13.521.520,51	6.428.219,73	110%
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>448.669.719,83</b>	<b>374.684.020,25</b>	<b>20%</b>
Alienação de Bens	0,00	11.404.388,79	-100%
<b>Total Receitas de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>11.404.388,79</b>	<b>100%</b>
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>448.669.719,83</b>	<b>386.088.409,04</b>	<b>16%</b>

### Despesas

As despesas correntes no montante de R\$ 325.959.021,00 representam 81,78% das despesas totais, enquanto as despesas de capital no total de R\$ 72.614.715,91 representam 18,22% do total das despesas.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Variação %</u>
Pessoal e Encargos Sociais	163.292.609,30	149.323.950,04	9%
Ocupação e Utilidades	6.696.378,84	5.646.886,86	19%
Materiais	15.972.461,95	13.979.821,78	14%
Transporte e Viagens	3.417.651,64	901.421,55	279%
Material de Distribuição Gratuita	546.150,55	322.445,70	69%
Serviços de Terceiros	97.424.358,35	78.474.484,70	24%
Despesas Financeiras	2.295.406,56	3.113.144,50	-26%
Impostos, Taxas e Contribuições	685.909,64	378.462,60	81%
Despesas Diversas	6.870.624,27	6.933.033,90	-1%
Contribuições Regulamentares	23.510.006,94	20.750.092,33	13%
Convênios	4.945.619,44	3.796.257,78	30%
Auxílios a Terceiros	301.843,52	0,00	100%
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>325.959.021,00</b>	<b>283.620.001,74</b>	<b>15%</b>
Investimentos	72.587.551,18	17.615.269,88	312%
Inversões Financeiras	27.164,73	8.214,25	231%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>72.614.715,91</b>	<b>17.623.484,13</b>	<b>312%</b>
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>398.573.736,91</b>	<b>301.243.485,87</b>	<b>32%</b>

## 7. Gratuidade

Em atendimento aos artigos 6º e 69 do regulamento do SESI, o Departamento Regional do Paraná destinou no ano de 2022 para ações de educação R\$ 116.428.328,48, correspondendo a **49,99%** da receita líquida de contribuição, e para gratuidade R\$ 81.266.009,19 o que corresponde a **34,89%** da receita líquida de contribuição.

Demonstrativo de Cumprimento da Aplicação da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC) em Educação Básica e Continuada e em Gratuidade.

	<b>Realizado até 31/12/2022</b>
<b>RECEITAS</b>	
Receita Bruta de Contribuição Compulsória (RBCC)	279.787.264,53
<b>Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC) <sup>1</sup></b>	<b>232.922.897,72</b>
<b>Compromisso de Aplicação de Recursos em Educação Básica e Continuada <sup>2</sup></b>	<b>77.633.201,81</b>
<b>Compromisso de Aplicação de Recursos em Gratuidade Regulamentar <sup>3</sup></b>	<b>38.828.247,06</b>
<b>DESPESAS</b>	
<b><i>em Educação Básica e Continuada <sup>4</sup></i></b>	<b>116.428.328,48</b>
<b><i>em Gratuidade Regulamentar</i></b>	<b>81.266.009,19</b>
<b>HORA-ALUNO <sup>5</sup></b>	
<b><i>Hora-aluno Total</i></b>	<b>18.268.789</b>
<b><i>Hora-aluno em Gratuidade Regulamentar</i></b>	<b>8.827.605</b>
<b>Resultado do Cumprimento da Aplicação da RLCC em Educação Básica e Continuada</b>	<b>38.795.126,67</b>
<b>% da Receita Líquida de Contribuição Destinado à Básica e Continuada</b>	<b>49,99%</b>
<b>Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Gratuidade Regulamentar</b>	<b>42.437.762,14</b>
<b>% Receita Líquida de Contribuição Destinado a Gratuidade Regulamentar</b>	<b>34,89%</b>

Fonte: Gerência de Planejamento, Orçamento e Monitoramento - GPOM



**<sup>1</sup>Receita Líquida de Contribuição Compulsória:** Corresponde a 83,25% da Receita Bruta de Contribuição Compulsória Geral, em conformidade com o Art. 69 do Regulamento do SESI, atualizado pelo Decreto Lei nº 6.637, de 5 de novembro de 2008.

**<sup>2</sup>Compromisso da RLCC em Educação:** Corresponde à 33,33% da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC).

**<sup>3</sup>Compromisso da RLCC em Gratuidade:** Corresponde à meta de 16,67% da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC).

**<sup>4</sup>Despesa em Educação Básica e Continuada:** Corresponde a despesa total em educação básica e continuada, deduzidas as receitas de serviços e demais receitas em educação básica e continuada, conforme Resolução SESI-CN nº 040/2018.

**<sup>5</sup>Hora-Aluno:** Consi dera a soma das horas destinadas ao desenvolvimento dos alunos matriculados em cursos de educação básica e continuada, dentro de um determinado período, nas unidades operacionais.

**Resultado do Cumprimento da RLCC em Educação:** Corresponde ao resultado (positivo ou negativo), de aplicação da receita líquida de contribuição compulsória para a gratuidade, em relação ao compromisso de 33,33%.

**Resultado do Cumprimento da RLCC em Gratuidade:** Corresponde ao resultado (positivo ou negativo), da aplicação de recursos da receita líquida de contribuição compulsória destinada para a gratuidade, em relação à meta regulamentar.

Cálculos realizados de acordo com a metodologia de aplicação do compulsório em educação e em gratuidade no SESI conforme divulgação do SESI Nacional.

Curitiba, 31 de janeiro de 2023.

**Rogério Fagundes de Almeida**  
Contador  
CRC/PR 050003/O-6

**Carlos Valter Martins Pedro**  
Diretor Regional  
SESI-PR

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sistema Fiep. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F34E-C4A8-34D6-227E> ou vá até o site <https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F34E-C4A8-34D6-227E



### Hash do Documento

C9EC931F997E851EBE2AA0856506FE460E69C1439249407134B6AD4B28EF009F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/02/2023 é(são) :

Carlos Valter Martins Pedro - 252.802.799-00 em 17/02/2023

07:37 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

Rogerio Fagundes De Almeida - 029.162.989-08 em 16/02/2023

12:57 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

